

# Empresas agrícolas estatais N. 20 abaladas pela crise económica 10 92

**As empresas estatais do ramo agrícola no país, quase na sua totalidade, são consideradas actualmente como sendo bastante deficitárias, não obstante terem beneficiado de apoio de investimentos, apurou a nossa Reportagem junto das autoridades ligadas à Agricultura.**

Apesar de ter sido alvo de apoio de investimentos, adoptando tecnologias de capital intensivo, o sector estatal agrícola nunca conseguiu obter níveis adequados de produtividade.

Devido a problemas de gestão e como reflexo da estrutura económica e social herdada e das políticas sectoriais adoptadas após a independência, as empresas estatais agrícolas acumularam dívidas e apresentam-se numa situação de insolvência.

As causas que estão na origem desta problemática reflectem-se no inadequado dimensionamento das empresas, do ponto de vista da estrutura técnica, tecnológica e força de trabalho e deficiente gestão por falta de quadros e métodos de organização.

Uma outra causa do problema está relacionada com a intervenção inadequada e interferência do Aparelho do Estado, em termos de tutela e direcção das empresas, nas quais a fixação administrativa de preços, recursos e imposição de metas, são alguns exemplos eloquentes.

A ausência de autonomia de gestão e excessiva centralização do aprovisionamento e comercialização, aliado aos factores negativos da conjuntura sócio-económica do país, constituem outras causas que conduziram ao estágio actual das empresas estatais agrícolas.

Com efeito, a área cultivada pelo sector estatal, em 1980 calculada em 160 mil hectares, começou a diminuir de forma acentuada ao extremo de em 1991 atingir 40 mil.

Esta redução, conforme defendem os responsáveis ligados à Agricultura, resulta basicamente dos problemas atrás referidos, mas também da reestruturação, redimensionamento e distribuição de áreas aos sectores familiar e privado.

O sector estatal agrícola surgiu no país após a proclamação da independência nacional, com base nas grandes propriedades privadas abandonadas pelos agricultores estrangeiros que deixaram o território moçambicano.

O surgimento deste sector não só visava garantir o funcionamento destas propriedades pelas dimensões das áreas que abrangiam e pelas infra-estruturas existentes, como também tinha a função de responder às necessidades alimentares do país e assegurar o emprego dos trabalhadores existentes nestas propriedades.

Actualmente está em curso o processo de reestruturação do sector estatal agrícola, cujo início ocorreu em 1989. Porém, as privatizações das unidades estatais não têm decorrido num ambiente em que há capacitação, do ponto de vista institucional para a direcção do processo.

Como consequência desta situação, registam-se dificuldades na implementação das prioridades definidas, em termos de calendário de privatizações, observância das disposições legais, e morosidade do processo de avaliação patrimonial.

O processo poderá resultar, a médio prazo, de acordo com o grau de sucesso na implementação da estratégia de privatização, no aumento da participação de agentes económicos privados, nomeadamente nacionais e estrangeiros, na economia nacional.

Para além desta vantagem, vai também reflectir-se numa maior mobilização de recursos financeiros externos para os programas de reabilitação empresarial e mudanças radicais na estrutura produtiva.

Actualmente, segundo soubemos, os custos sociais da implementação do processo traduzem-se no aumento de desemprego, uma vez que tem lugar num momento desfavorável, pelo facto de muitas empresas do sector estarem semiparalisadas ou mesmo paralisadas, com meses de salários em atraso e os trabalhadores com espectro de um futuro sombrio.